

Endividamento público terá maior controle

O ministro interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, também presidente do Comitê de Acompanhamento à Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), afirmou ontem que o governo pretende manter o rígido controle sobre o endividamento do setor público, durante todo o período do programa de ajustamento da economia brasileira mantido junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mailson da Nóbrega informou que o Comor tem recebido inúmeros pedidos de liberação do crédito extra-limite aos níveis autorizados pela Resolução 831, de 9 de julho deste ano, mas nenhum deles foi aprovado. Essa posição, acrescentou, é coerente com a determinação do governo de conter o déficit público e de abrir espaço na distribuição do crédito ao setor privado.

As dificuldades enfrentadas pelas empresas estatais, Estados e Municípios diante desse controle foram minimizadas, acredita o ministro interino, com a permissão de que os Estados rolassem todas as amortizações e juros do endividamento externo, neste ano.

Mailson da Nóbrega negou que esteja ocorrendo qualquer atraso na liberação dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. As transferências são realizadas no período de 10 a 15 de cada mês, com base no montante de 23 por cento da receita real do Tesouro no mês anterior.

— O Ministério da Fazenda transfere esses recursos religiosamente em dia — assegurou.